



**Revista Encontros Baobá**

---

**PAISAGEM URBANA EM QUESTÃO:  
DO DIREITO À AÇÃO POLÍTICA**

**URBAN LANDSCAPE IN QUESTION:  
FROM THE RIGHT TO POLITICAL ACTION**

**PAISAJE URBANO EN CUESTIÓN:  
DEL DERECHO A LA ACCIÓN POLÍTICA**

Silvia Heleny Gomes da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo discute a relação entre a paisagem urbana e a identidade humana, abordando como a urbanização e a despersonalização afetam a convivência entre o homem e seu ambiente. A partir de abordagens teóricas de autores como Carl Sauer, Augustin Berque, Denis Cosgrove e Georg Simmel, são discutidas as dimensões física, cultural e simbólica da paisagem, além de sua influência na formação de vínculos sociais e afetivos. A paisagem urbana é um reflexo da interação entre o homem e o ambiente, revelando aspectos sociais e culturais, sendo uma mistura de elementos físicos e culturais, como pessoas, edifícios e natureza. Essa interação é fundamental para a compreensão da paisagem urbana. O crescimento das cidades e a massificação resultam em uma paisagem que carece de identidade e conexão humana. A análise da paisagem urbana pode revelar como os indivíduos se organizam socialmente e criam territórios. A análise conceitualiza o conceito de paisagem evoluiu ao longo da história, refletindo mudanças nas relações humanas com o ambiente. Há a compreensão que a paisagem é reconhecida como um bem coletivo, mas sua definição jurídica ainda é problemática.

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia. Docente da Prefeitura Municipal de Fortaleza. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2772-686X> Correio eletrônico: [silviagomes.shg@gmail.com](mailto:silviagomes.shg@gmail.com)

Sendo assim, o direito à cidade está interligado ao direito à paisagem, ambos dependem da participação coletiva. A transformação da cidade deve ser um exercício de poder coletivo, não apenas individual. Dessa forma, o direito à cidade está interligado ao direito à paisagem, de forma que a transformação da cidade deve ser um exercício de poder coletivo.

**Palavras-chave:** paisagem; direito à paisagem; ação política.

## ABSTRACT

This article discusses the relationship between the urban landscape and human identity, addressing how urbanization and depersonalization affect the coexistence between humans and their environment. Based on theoretical approaches by authors such as Carl Sauer, Augustin Berque, Denis Cosgrove, and Georg Simmel, the physical, cultural, and symbolic dimensions of the landscape are discussed, as well as its influence on the formation of social and emotional bonds. The urban landscape is a reflection of the interaction between humans and the environment, revealing social and cultural aspects, and is a mixture of physical and cultural elements, such as people, buildings, and nature. This interaction is fundamental to understanding the urban landscape. The growth of cities and massification result in a landscape that lacks identity and human connection. The analysis of the urban landscape can reveal how individuals organize themselves socially and create territories. The analysis conceptualizes the concept of landscape, which has evolved throughout history, reflecting changes in human relations with the environment. There is an understanding that landscape is recognized as a collective good, but its legal definition is still problematic. Thus, the right to the city is intertwined with the right to landscape, both of which depend on collective participation. The transformation of the city must be an exercise of collective power, not just individual power. Thus, the right to the city is intertwined with the right to landscape, so that the transformation of the city must be an exercise of collective power.

**Keywords:** Landscape; right to landscape; political action.

## RESUMEN

El presente artículo analiza la relación entre el paisaje urbano y la identidad humana, abordando cómo la urbanización y la despersonalización afectan la convivencia entre el hombre y su entorno. A partir de enfoques teóricos de autores como Carl Sauer, Augustin Berque, Denis Cosgrove y Georg Simmel, se discuten las dimensiones físicas, culturales y simbólicas del paisaje, además de su influencia en la formación de vínculos sociales y afectivos. El paisaje urbano es un reflejo de la interacción entre el hombre y el medio ambiente, revelando aspectos sociales y culturales, siendo una mezcla de elementos físicos y culturales, como personas, edificios y naturaleza. Esta interacción es fundamental para comprender el paisaje urbano. El crecimiento de las ciudades y la masificación dan como resultado un paisaje que carece de identidad y conexión humana. El análisis del paisaje

urbano puede revelar cómo los individuos se organizan socialmente y crean territorios. El análisis conceptualiza el concepto de paisaje, que ha evolucionado a lo largo de la historia, reflejando los cambios en las relaciones humanas con el medio ambiente. Se entiende que el paisaje es reconocido como un bien colectivo, pero su definición jurídica sigue siendo problemática. Por lo tanto, el derecho a la ciudad está interrelacionado con el derecho al paisaje, y ambos dependen de la participación colectiva. La transformación de la ciudad debe ser un ejercicio de poder colectivo, no solo individual. De este modo, el derecho a la ciudad está interrelacionado con el derecho al paisaje, de modo que la transformación de la ciudad debe ser un ejercicio de poder colectivo.

**Palabras clave:** paisaje; derecho al paisaje; acción política.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a relação entre a paisagem urbana e a identidade humana, abordando como a urbanização e a despersonalização afetam a convivência entre o homem e seu ambiente. A paisagem urbana é um elemento essencial para compreender as dinâmicas sociais, culturais e ambientais que moldam os espaços em que vivemos. Este texto busca compreender o conceito de paisagem, suas transformações ao longo da história e sua relação com o direito à cidade, destacando como ela reflete as interações humanas e os processos de apropriação, modificação e reconstrução do meio ambiente.

Uma paisagem pode ser vista, lida, tocada, cheirada, sentida e saboreada. Pode ser sonhada, conservada e até destruída. Nela habitam uma infinidade de elementos semelhantes e distintos ao mesmo tempo, é por si uma mistura de cores, texturas, formas, densidades e tamanhos. Se movimentar no meio urbano é estar propenso a ser atingido por um turbilhão de informações que jorram ao corpo a todo instante estímulos. Pessoas, placas, semáforos, fios, muros, cercas, câmeras, árvores, calçadas, animais, ruas, avenidas, ruelas, praças, bancos, pontes, viadutos, linhas férreas, antenas, carros, bicicletas e motos. Paisagem, substantivo feminino. Pode ser adjetivada em inúmeras combinações.

O cronista Silva Carriço (2005, p. 12) define-a sobremaneira bem,

[...] direi que, tal como o homem humaniza a paisagem, a paisagem caracteriza o homem. Todos sabemos como o homem do mar é diferente do homem da serra, o do Norte diferente do homem do Sul, o ocidental do oriental. Mas esta divergente geografia humana está em vias de extinção. Estamos, talvez mais

do que nunca, numa era de migrações. E de descaracterização. A paisagem vai ficando sem gente, e o homem vai-se tornando, cada vez mais, deserto de si próprio. Crescem e massificam-se as cidades, despersonalizam-se os homens. Que passam a ser números ou peças numeradas de máquinas de produção ou de consumo. E a paisagem, vítima da incúria e do abandono, agoniza à míngua da carícia do olhar ou da mão de alguém que com ela coabite e faça amor. O êxodo provoca a desertificação. À medida que a paisagem vai deixando de ser gente, o homem vai deixando de ser paisagem. Por isso eu os quis agarrar (retratar), à paisagem e ao homem, enquanto ainda o são.

Para o autor, a paisagem é considerada enquanto gente, e, ao passo que ela é esquecida, o homem vai deixando de ser paisagem. Ou seja, ambos se coabitam durante a sua existência. Esse pensamento faz total sentido, principalmente, quando voltamos à análise para os espaços urbanos.

Com o advento da excessiva cooptação da vida aos espaços privados, movimento cada vez mais forte, a paisagem tem se restrito consideravelmente aos *shoppings centers* - emoldurada em fachadas de vidro, ventilada por ar condicionados e erguida sobre um chão brilhoso e polido - fato este que acarreta modos de sociabilidades que não interagem com a cidade de uma forma mais ampla, mas se esquadrinha e se limita a pontos de concentração que comportam uma grande quantidade de pessoas, entretenimento e consumo.

Não há aqui uma abominação desses espaços, afinal, eles são um ponto de encontro, mas a constatação de que estão "dando as costas" para a cidade e que a sua articulação acontece de forma hierárquica e segregada é nítida. Entre luxuosos prédios há em algumas partes, casinhas que resistem ao famigerado mercado imobiliário. Ora são compradas e engolidas, ora se esforçam para permanecer existindo.

Neste sentido, a paisagem urbana é um elemento que pode desvendar muito sobre os lugares, tanto pela fácil apreensão da sua materialidade quanto pelo conteúdo que ela pode revelar quando se dispõe a uma análise mais atenta. Ler as paisagens é ler o espaço que a circunda, além de tomar conhecimento sobre as maneiras do homem se organizar socialmente na criação de territórios e lugares.

### **O conceito de paisagem e seus desdobramentos**

Desde que o homem existe, são variadas as formas que ele buscou de se relacionar com outros seres e com o ambiente que o cercava. Com a descoberta de novas técnicas ao passar dos anos e a construção de ferramentas, ele pôde aumentar o seu

domínio sobre a natureza. O antes nômade, que dependia exclusivamente dos provimentos que o meio natural dispunha, com o entendimento e melhor percepção dos fenômenos naturais, passou à condição de sedentário, agora capaz de construir mecanismos de convivência e sobrevivência com as adversidades ambientais.

Cada meio solicitava adaptações, e aqueles que não conseguissem teriam como perda a sua própria existência, como Charles Darwin tão bem discorreu na sua Teoria da Evolução. Com o convívio em agrupamentos, o homem pôde dividir atividades, trocar conhecimentos e aprimorar suas habilidades. A vida coletiva proporcionou disputas de interesses ao passo que segurança por estar em bando, tal como acontece com outras espécies animais.

Entender o homem enquanto um animal esclarece e aproxima entendimentos do passado e presente e possibilita projeções sobre o futuro. O ser humano animal ainda continua praticando formas de sobrevivência de seus ancestrais, embora o desenvolvimento tecnológico e a vida urbana tenha mudado os estilos de vida. Reconstruir essa visão da história do que fomos e do que somos contribui para compreender o que nos tornaremos/seremos. Existir é processual e a história se sucede gradualmente.

Então, o que isso tem a ver com o trabalho aqui proposto? Por que voltar tão antes para começar esse texto? Tal decisão foi tomada apenas para começar afirmando e reforçando que o homem necessita indubitavelmente do seu meio, e que a não compreensão e cuidado com ele põem em risco a vida humana e a natureza de uma forma mais ampla. Estamos ligados à Terra, tal como estivemos ligados ao cordão umbilical com nossas mães. Contudo, o pensar/sentir pautado somente no racionalismo nos distanciou da nossa essência animal e natural.

Neste sentido, vale salientar que o saber geográfico foi fundamental para que o ser humano pudesse viver. Entender as águas, os ventos, as chuvas, a Lua e o Sol, o solo, as sementes e plantas, os alimentos e o fogo, os relevos, os insetos foram pressupostos para saber ler a dinâmica da vida. E, ao passo destas descobertas, criar uma língua gráfica e polifônica definiu o sucesso do alcance das informações.

A oralidade era o meio mais efetivo de aprender, e ao mesmo tempo que a escrita se uniu a ela o raio de alcance dos saberes sobre a realidade ganhou proporções inimagináveis. Cartas, desenhos, pinturas, livros, jornais etc. As evoluções tecnológicas

trouxeram ganhos e perdas. De um lado a rápida disseminação do conhecimento, de outro a desvalorização do hábito da contação de histórias, o enfraquecimento dos mitos que respondiam a questões de ordem natural e sobrenatural.

O nascimento das ciências criou novos hábitos e maneiras de pensar e em detrimento disso, sufocou e aniquilou outros. O "penso, logo existo"<sup>2</sup> sucumbiu o "sinto, logo existo", que as culturas nativas dos nossos ancestrais ensinavam. A forma cartesiana está impregnada em nós como a epiderme que nos envolve o corpo. Buscar outras maneiras de enxergar e entender o mundo, menos opressoras e excessivamente racionalistas, pode proporcionar outras experiências de aprendizado, mais amplas e ricas.

Por isso, é impossível falar de geografia sem falar de epistemologias. Afinal, toda construção de um entendimento geográfico nasce de uma ideia de mundo e de uma concepção de realidade. Trazendo tal discussão para o conceito de paisagem, é importante que não o desvincule desse processo todo de construção epistemológica, pois o mesmo refletiu todos os períodos históricos que se sucederam tal como suas respectivas epistemologias.

O conceito de paisagem foi um dos que deram fundamento à ciência geográfica. Durante muito tempo esteve atrelado ao caráter descritivo da realidade, cujos primeiros pesquisadores, por meio de desenhos e esquemas feitos a mão, descreviam, enumeravam e classificavam os fenômenos que estavam sob a sua análise (Moraes 1999).

A geografia teve início enquanto ciência no século XIX, e os pais dessa recém nomeada eram alemães, Alexander von Humboldt e Carl Ritter. O alemão foi a primeira língua a utilizar e conceituar o termo paisagem, a *landschaft*. Segundo Salgueiro (2001, p. 40): "Com efeito, *landschaft* tanto significava uma porção limitada da superfície da terra que possuía um ou mais elementos que lhe davam unidade, como a aparência da terra tal como era percebida por um observador". Portanto, as leituras desse conceito se disseminaram mundo a fora, e novas roupagens e implementações se tornaram inevitáveis frente à grande variedade de porções do espaço geográfico. Ou seja, a paisagem está presente tanto em sua dimensão física e concreta quanto na dimensão estética que Salgueiro (2001) enfatiza através da concepção alemã.

---

<sup>1 2</sup> *Cogito, ergo sum* é uma frase de autoria do filósofo e matemático francês René Descartes (1596 - 1650). Em geral, e traduzida para o português como "penso, logo existo"; embora seja mais correto traduzi-la como "penso, portanto sou".

Em cada cultura houve uma interpretação singular do que vinha a ser a paisagem. Carl Sauer, o fundador da Escola de Berkley, nos Estados Unidos, foi um dos nomes mais importantes na geografia tradicional, justamente por estudar a paisagem. Sua abordagem, de viés descritivo e morfológico, foi a base da chamada Geografia Cultural Tradicional. Através do seu seminal texto chamado "A Morfologia da Paisagem", escrito em 1925, introduziu concepções sobre o trato com este conceito. Para ele a paisagem é "uma área composta por associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais" (Sauer, 2004, p. 23).

Para Sauer (2004, p. 24),

[...] a paisagem não é simplesmente uma cena real vista por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais. A observação de Croce<sup>3</sup> de que "o geógrafo que descreve uma paisagem tem a mesma tarefa de um pintor de paisagem", tem, portanto, somente validade limitada. O geógrafo pode descrever a paisagem individual como um tipo ou provavelmente uma variante de um tipo, mas ele tem sempre em mente o genérico e procede por comparação.

No exposto acima, podemos compreender que, para Sauer (2004), a paisagem é uma junção de cenas individuais que podem variar entre si criando tipos distintos ou similares, e que é definida por comparação. "Toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõem a paisagem" (Sauer, 2004, p. 24).

Um componente importante da paisagem que o autor citado anteriormente enfatiza é o do observador. Para que se construa a ideia de paisagem, é preciso que ela passe pelo julgamento da pessoa que a observa, quando, de fato, narrar sobre a paisagem acontece por escolhas objetivas e subjetivas. Para tanto, Sauer (2004, p. 28-29) salientou que:

O julgamento pessoal do conteúdo da paisagem é determinado mais por interesse. A geografia é distintamente antropocêntrica no sentido do valor ou do uso da terra para o homem. Nós estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque nós somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos. Desse modo, nós selecionamos aquelas qualidades da paisagem em particular que são ou possam ser úteis para nós.

---

<sup>3</sup> Benedetto Croce foi um filósofo, historiador e político italiano que escreveu sobre diversos assuntos, tais como: filosofia, história, historiografia e estética.

Logo, ao se falar, narrar ou contar sobre uma paisagem, é inevitável que aspectos pessoais não sejam levados em conta. Para tanto, Sauer, através de seus estudos, propôs a classificação da paisagem como: 1) paisagem natural e 2) paisagem cultural. A primeira, diz respeito às condições da natureza onde a mão do homem não tocou. A segunda se refere à alteração do meio natural pelo homem a partir dos seus interesses e desejos. "A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado" (Sauer, 2004, p.59).

A obra de Sauer originou uma escola de geografia da paisagem, focalizando o papel do homem transformando a face da Terra. A ênfase se dava principalmente em relação às tecnologias, por exemplo: o uso do fogo, a domesticação de plantas e animais, a hidráulica, mas também, até certo ponto, em relação à cultura não material (isto é, crença religiosa, sistemas legais e políticos etc). A atenção estava focalizada nas sociedades pré-modernas ou em suas evidências na paisagem contemporânea, por exemplo, a evidência da paisagem americana das várias culturas indígenas, africanas e européias que a formaram (Cosgrove, 2004, p. 100).

A maior contribuição da teoria de Carl Sauer sobre a paisagem foi a consideração da cultura como um fator importante na construção, sobreposição, destruição e reconstrução das paisagens no espaço geográfico. A cultura, desse modo, é o que vai fazer com que os indivíduos modelem o seu meio/paisagem de acordo com as suas necessidades e vontades. É sabido que as concepções de Sauer tiveram suas limitações e potencialidades, porém é inegável que a inserção da cultura nos estudos geográficos abriu caminhos diversos. As concepções de Sauer influenciaram até meados da década de 1940, contudo, a base que ele construiu tem sua contribuição até os dias de hoje.

Além de Sauer, outro nome importante foi Augustin Berque, que aprimorou a geografia cultural e as suas respectivas discussões sobre a paisagem. Para ele a geografia cultural é definida "como o estudo do sentido (global e unitário) que a sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza, relação que a paisagem exprime concretamente" (Berque, 2004, p. 84). Para tanto, o referido autor considera a paisagem como marca e como matriz.

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno<sup>3</sup> (Berque, 2004, p. 84-85).



Berque (2004) enriqueceu a conceituação da paisagem justamente quando considera os esquemas de percepção, concepção e ação. O que traduz que a paisagem é algo percebido, mas que contém em si elementos que ultrapassam o campo da percepção.

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc (Berque, 2004, p. 86).

O que Berque (2004) quer dizer, assim, é que é o sujeito quem gera sentido na paisagem que percebe, concebe e age sobre ela. Ao passo que a paisagem tem vários elementos, o homem também é mais um elemento dela. Sendo, por isso, a cultura o pontapé inicial para a origem de qualquer paisagem, ou seja, "a cultura é o agente modelador da realidade", que Sauer (2004) tão bem pontuou.

Augustin Berque, em colaboração com outros geógrafos, ajudou a delinear aquela que se chamaria de Nova Geografia Cultural ou Geografia Cultural Pós-80. Foi quando o leque sobre a paisagem e a cultura tiveram uma expansão conceitual grandiosa. Um nome basilar dessa Nova Geografia Cultura é o de Denis Cosgrove, geógrafo que enriqueceu as novas abordagens, principalmente quando insere na discussão geográfica o papel do significado como fundamental na compreensão do conceito de paisagem. Para ele, "A paisagem, de fato, é uma "maneira de ver", uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma "cena", em uma unidade visual" (Cosgrove, 2004, p. 98).

Para Cosgrove (2004, p. 104-105) a cultura estabelece relações intrínsecas com o poder. Para o autor,

[...] o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto, às vezes, é chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (apesar de eu me concentrar nisso), mas também em termos de sexo, idade e etnicidade.

A partir das reflexões acima, Cosgrove (2004) categorizou a paisagem de acordo com as influências culturais. Sendo elas: 1) Paisagens de Cultura Dominante, 2) Paisagens Alternativas - subdividida em: 2.1) Residuais, 2.2) Emergentes e 2.3) Excluídas). As paisagens de cultura dominante são aquelas que expressam o poder de um

restrito grupo ou classe que domina sobre outras através da propriedade da terra, capital, matérias-primas e força de trabalho. São as paisagens que encontramos nos grandes centros comerciais, financeiros, além daquelas que impõem um padrão de vida altamente elevado e seletivo.

As paisagens alternativas dizem respeito aos grupos e classes menos favorecidas economicamente e socialmente. "Por sua natureza, as culturas alternativas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes, apesar de que, com uma mudança na escala de observação, pode parecer dominante uma cultura subordinada ou alternativa" (Cosgrove, 2004, p. 116). O caráter alternativo da paisagem está justamente na sua condição de ser subdominante perante à cultura nacional oficial.

As paisagens residuais falam de um tempo passado, são muitas vezes chamadas de "paisagens relíquias", pois possuem símbolos e significados valorizados em outras épocas. As emergentes são transitórias e têm pouco impacto na paisagem, como, por exemplo, a cultura *hippie* dos anos 60. "Está na natureza de uma cultura emergente oferecer um desafio à cultura dominante existente, uma visão de futuros alternativos possíveis" (Cosgrove, 2004, p. 119). Já as paisagens excluídas são aquelas que configuram um lugar de exclusão social, tais como os grupos ciganos, moradores de rua, prostitutas e gigolôs, etc. Demarcando, dessa forma, uma marginalização de grupos sociais e suas respectivas marcas na paisagem (como, por exemplo, as pichações).

Cosgrove (2004) trouxe uma abordagem ampliada da paisagem, ao tecer junto da discussão teórica o papel da cultura, do significado e do simbolismo da construção da paisagem. Para ele,

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas - a cidade, o parque e o jardim - e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente não-humanizadas paisagens do meio ambiente natural. Estas últimas são, freqüentemente, símbolos poderosos em si mesmas (Cosgrove, 2004, p. 108).

Não caberá aqui elencar todas as concepções do conceito de paisagem, visto que tal atividade exigiria um percurso extenso e por demais penoso. O intuito até agora foi de mostrar quão rica a discussão da paisagem pode ser e que o diálogo com outras ciências pode resultar em uma análise tão mais rica quanto mais aprofundada das dimensões objetivas e subjetivas humanas em relação à paisagem. Como disse Berque (2004, p. 87),

[...] todas as ciências humanas têm a ver com o estudo da paisagem do ponto de vista cultural. Se ela deve-se alimentar de sua contribuição (em diversos graus, segundo a especialização de cada um), a geografia cultural certamente, não tem a pretensão de fazer a síntese de todas essas abordagens (nem tampouco a de monopolizar o objeto "paisagem"). Como cada uma dessas ciências, ela coloca em perspectiva a contribuição das outras ciências a partir do seu próprio ponto de origem.

A partir das palavras do autor citado acima, podemos enfatizar que o maior desafio da presente pesquisa é conseguir construir um bom diálogo entre Geografia e Psicologia Ambiental, principalmente no que se refere à influência da paisagem urbana na construção de imagens e afetividades por habitantes de bairros de Fortaleza (CE) a partir das suas geografias dos olhares.

### **A paisagem enquanto direito**

Na história da arte há um consenso de que o conceito de paisagem nasceu a partir dos princípios da pintura, onde ela era definida como tudo aquilo que se pode ver a partir de uma janela. Esse foi o fundamento principal para que os pintores da época criassem um parâmetro de recorte e delimitação para as suas obras. Precisava-se de um referencial que norteasse o olhar e o transformasse em algo que fosse apreensível e de fácil leitura. A criação da perspectiva seria a base para a superação de tais obstáculos, e o enquadramento a mais perfeita escolha para emoldurar uma determinada cena. "Autores confiáveis situam seu nascimento (o da paisagem) por volta de 1415. A paisagem (termo e noção) nos viria da Holanda, transitaria pela Itália, se instalaria definitivamente em nossos espíritos com a longa elaboração das leis da perspectiva" (Cauquelin, 2007, p. 35).

Geralmente a paisagem, e durante muito tempo foi assim, estava intimamente ligada ao equivalente de natureza. Por isso, que com o uso da perspectiva, do enquadramento (o olhar pela janela) e a ideia de moldura pôde-se referenciar, recortar e singularizar a imagem representada da infinitude do mundo natural. Instaurando um recorte espacial e temporal. Os profissionais da pintura produziram exaustivamente imagens que retratavam montanhas, lagos, vegetações, campos, quedas d'água e cenários quase mágicos, onde a natureza despontava entre as imagens mais desejadas e aceitas socialmente.

Para Simmel (1996), a paisagem possui uma extensão e movimento de base sentimental, apesar de ser considerada uma unidade se bastando a ela mesma, cujos

limites são vencidos e dissolvidos por este sentimento, o dito "sentimento de paisagem". A paisagem tem, então, o poder de cativar o espírito, que só assim poderá vê-la. Ou seja, para ver a paisagem é preciso ver algo que o cativa. Ela só é concebida quando se está cativado.

Tomando como base Simmel (1996), podemos inferir, então, que o olhar é uma maneira de decompor a natureza em unidades particulares, cujas individualidades são as chamadas paisagens. Segundo Simmel (1996, p. 17),

Mas para que se nasça a paisagem, é preciso negavelmente que a pulsação da vida, na percepção e no sentimento, seja arrancada à homogeneidade da natureza e que o produto especial assim criado, depois de transferido para uma camada inteiramente nova, se abra ainda, por assim dizer, à vida universal e acolha o ilimitado nos seus limites em falhas.

O que o autor pretendeu dizer com isso é que: a paisagem, apesar de ser uma unidade particularizada, deve acolher o ilimitado da natureza, que é universal e homogêneo. Logo, a paisagem, de qualquer maneira, será sempre o Um de um Todo. Ela é variada e cheia de pontos de vista e formas. Para Simmel a paisagem é tida como obra de arte pictórica, cujo artista subtrai do fluxo caótico e infinito do mundo um pedaço delimitado, sendo a cultura e a estética pictórica responsáveis por modelar a imagem do mundo das pessoas.

É nessa perspectiva mais ampla que se justifica a nossa interpretação da paisagem a partir dos fundamentos que modelam a nossa imagem do mundo. Sempre que vemos uma paisagem e não mais um agregado de objetos naturais, temos uma obra de arte *in statu nascendi*. E quando ouvimos profanos dizer diante da beleza, que gostariam de ser pintores para reter aquela imagem, não existe apenas o desejo de fixar uma reminiscência, o que se manifesta também provavelmente diante de outras impressões - acontece também que uma tal visão da forma artística se torna viva em nós, atua, e que, sem poder aceder a essa criatividade própria, vibra pelo menos no desejo desta, da sua antecipação anterior (Simmel, 1996, p. 20).

As considerações de Simmel dão espaço para a arte do cotidiano, para o sentimento e para o encanto. O ser humano é dotado da capacidade de ser atingido pela natureza. Tanto que Simmel denominou a *Stimmung* do Homem e a *Stimmung* da Paisagem como componentes do processo de interpretação da paisagem.

A *Stimmung* do Homem diz respeito a expressão que nasce a partir da criatividade humana. "Entenda-se por esta palavra a unidade que dá cor constantemente ou num dado momento à totalidade dos seus conteúdos psíquicos" (Simmel, 1996, p. 21). Ela é um estado psíquico e afetivo do espectador frente à paisagem. Enquanto que a

*Stimmung* da Paisagem é junção de todos os detalhes da paisagem sem que se possa tornar um só deles responsável por ela. Tanto a *Stimmung* do Homem e a *Stimmung* da Paisagem só podem acontecer em concomitância e são interdependentes, pois elas nascem a partir desse encontro, provindo de uma formação espiritual. "Ela só vive (a *Stimmung*) pela força unificante da alma, como uma mistura estreita entre o dado empírico e a nossa criatividade, mistura essa que não poderia traduzir nenhuma comparação mecânica" (Simmel, 1996, p. 23). A *Stimmung* de uma determinada paisagem é única e não pode ser transportada da mesma maneira para outra, cada paisagem tem a sua especificidade.

Seja o conceito de paisagem algo inventado e concretizado ao longo dos anos na cultura, ou a sua expressão espiritual, o fato é que ela desencadeia interpretações plurais onde quer que se vá. Quando categorizamos essa paisagem na perspectiva da cidade, que será o nosso foco na pesquisa, a chamamos de paisagem urbana.

Landim (2004) argumenta que a paisagem urbana vem sofrendo uma série de transformações, principalmente quando se fala da cidade contemporânea, pois os grandes centros urbanos desempenham uma influência de representações de estruturas de poder muito forte sobre as cidades pequenas e médias, acarretando uma homogeneização da paisagem através de processos contínuos de implantação de formas e ícones espaciais e arquitetônicos, cujo principal ator é o mercado imobiliário, que vai inferir uma paisagem dominante, como Cosgrove (2004) tão bem elucidou.

Para esse feito, a parceria entre o poder público e a iniciativa privada reforçam esses padrões estéticos urbanísticos através da arquitetura, esta que quase sempre não dialoga com as reais necessidades de um determinado espaço nem com os modos de uso e apropriação pelos moradores já existentes em um determinado bairro. Embora o aparato técnico desenvolvido pelas grandes construtoras sejam pomposos na cena urbana, é inegável não notar que é fato "a crise paisagística-ambiental" (Landim, 2004, p. 18).

Desde os tempos do Brasil Colônia, a classe dominante dita as regras na produção do espaço urbano. Antes da Independência, a normatização vinha de Portugal, como forma de controlar a vida na colônia e reforçar a dependência desta última em relação à metrópole. No século XIX, a modernização da cidade é feita por e para as elites, e se estende até os dias de hoje. A legislação sempre refletiu os interesses da classe dominante, sendo criada para ela e por ela, e direcionou a configuração urbana e, conseqüentemente, a formação da paisagem (Landim, 2004, p. 20).

A partir do exposto, fica nítido que a normatização das cidades sempre obedeceu a uma hierarquia social, política e econômica, que refletiu diretamente na formação cultural de inúmeros países. Contudo, não se pode desconsiderar que o fenômeno da industrialização da Europa e dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, transformou ritmos, formas e conteúdos de muitas cidades, o que fez com que o planejamento urbano fosse uma necessidade urgente frente aos desafios que as cidades impunham.

Reconhecer que toda configuração territorial tem como suporte um determinado ambiente é considerar que tanto o urbanismo quanto a arquitetura desenvolvida devem seguir os parâmetros das condições ambientais e paisagísticas já presentes. Este fato faria com que os valores estéticos elaborados, e representados fisicamente através das estruturas, respeitassem as especificidades próprias de cada local, acarretando uma qualidade ambiental e de vida mais saudáveis. Logo, as paisagens teriam suas particularidades mais realçadas e não corroborariam com as ditas paisagens homogêneas, que são importadas e exportadas freneticamente. A cidade seria mais respeitosa à natureza nela contida.

Ao definir a paisagem urbana, Landim (2004, p. 36) considera que ela é:

[...] a porção ou a face da estrutura urbana que se revela aos nossos sentidos. Ou seja, a estrutura urbana somente pode ser dada a conhecer por meio da sua paisagem, pois somente esse elemento pode ser percebido pelas nossas sensações espaciais.

Portanto, a forma e a organização das cidades refletem na sua paisagem, tendo esta a capacidade de informar como acontece a dinâmica urbana de um determinado local. "É como se a paisagem falasse, nos contando histórias, despertando afetividade e evocando nossas lembranças, pois a memória dos entes queridos contém espaços em que viveram" (Kohlsdorf, 1998, p. 28 apud Landim, 2004, p. 42).

Dessa maneira, a paisagem é o resultado de uma série de processos que modificam continuamente a cidade e os modos de apropriação sobre ela. Pensar em formas e estéticas urbanas que facilitem e convidem as pessoas a se apropriarem cada vez mais delas seria uma postura ética e política que estimularia as pessoas a serem a cidade também, de uma maneira mais ampla, saudável e participativa.

A paisagem sempre esteve presente na vida humana e foi concebida de diversas formas, desde: I) Natureza, II) Habitat, III) Artefato, IV) Sistema, V) Problema, VI)

Riqueza, VII) Ideologia, VIII) História, IX) Lugar e X) Estética (MEINING, 2003). Ao passo que foi palco e personagem de uma gama de acontecimentos históricos, negar à paisagem o seu caráter polissêmico é limitar consideravelmente a sua diversidade. Contudo, não chegar a uma definição consensual tem acarretado a permanência de vários gargalos. Um deles é a questão jurídica, que é cheia de brechas quanto ao que é a paisagem e como ela deve ser trabalhada na Constituição brasileira.

Frente à grande discussão das problemática ambientais, a paisagem passou a ser debatida enquanto bem coletivo e comum. Porém, a sua diversidade conceitual torna difícil um acordo entre as várias partes da sociedade. Fazendo um resgate histórico, a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, é a primeira a versar sobre a paisagem na ordem jurídica brasileira.

De acordo com Custódio (2012, p. 319-320),

Concluiu-se, portanto, que a efetivação de uma política de proteção à paisagem só é possível quando se sabe o que proteger, logo há necessidade de um conceito jurídico de paisagem com uma perspectiva totalizante para que, possuindo abrangência nacional, já proteja inicialmente as paisagens locais, até a configuração de um conceito que reflita de fato as necessidades locais de proteção. A modificação da paisagem, assim resguardada, pode vir a surgir como fruto da aceitação da comunidade local, após apresentados os problemas gerados pelas mudanças pretendidas e propostas pelo Estado ou por grupos sociais e ainda indivíduos. Assim se cumpre a função do Estado Democrático de Direito, em que a modificação da paisagem não deve desfigurá-la, mas sim integrá-la.

A partir da citação acima, é interessante enfatizar que se a mudança da paisagem fosse algo conversado entre o poder público, privado e a comunidade, poderia haver uma relação mais respeitosa tanto na esfera do bairro quanto da cidade. A grande questão do não pertencimento a determinados lugares se passa, prioritariamente, no campo das subjetividades. Quando a paisagem não dialoga com o contexto no qual está inserida, a relação de apropriação se torna difícil, e, conseqüentemente, a cidade passa a não ser considerada enquanto algo do "eu" de cada pessoa. A não conservação e a destruição dos espaços públicos é apenas um exemplo dentre tantos outros.

Na Constituição de 1988, contudo, a paisagem aparece de maneira simplista e limitada. No artigo 23, inciso III, encontramos uma menção que versa assim:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (BRASIL, 2016).

Tal acontecimento frente à paisagem, realça ainda mais que ela é algo pouco valorizado quando se fala de poder público, pois a grande maioria das paisagens que são construídas, destruídas e/ou homogeneizadas levam em consideração às expectativas do setor privado da economia, sendo o público algo ainda submisso a ele.

De acordo com o arquiteto Cristóvão Duarte, o direito à paisagem envolve a participação das pessoas que vivem na cidade, onde elas devem ter acesso ao que a urbanização pode proporcionar de bom. Ou seja, a paisagem "é um componente holístico que envolve muitos elementos da vida cotidiana das cidades desde a arborização, passando pelos parques públicos e pela drenagem das águas pluviais, a mobilidade", segundo ele.

O direito à paisagem perpassa o diálogo, a clareza das propostas e a participação da comunidade e dos órgãos públicos e privados envolvidos em alguma proposta de alteração do meio urbano. Direito à cidade pode ser sinônimo de direito à paisagem, pois ambos são interdependentes e se transformam concomitantemente.

Tal afirmativa faz ponte de pensamento com o que Harvey<sup>4</sup> (2013, p. 1) expôs:

Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

Permitir que o cidadão participe de ambientes que proporcionem bem-estar, fácil mobilidade, interação com outras pessoas e lazer são condições basilares para uma boa vida na cidade. A grande questão que se impõe a esse pensamento é que qualidade, cada vez mais, tem se tornado sinônimo de dinheiro. Pagar para ter acesso reverte todo o ideologia de cidade enquanto coletividade, enquanto (espaço) público e compartilhado.

A deterioração e o abandono do espaço público reforçam muito bem os interesses do capital de privatizar o acesso ao que deve ser permitido e usufruído por uma coletividade. O ideal seria que o espaço público fosse cuidado e tomado como bem comum, e que ele tivesse o mesmo grau de interesse ou mais das políticas públicas

---

<sup>4</sup> Entrevista. O direito à cidade, por David Harvey, Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/o-direito-%C3%A0-cidade-por-david-harvey/30344>>. Acesso em 21 ago. 2018.



urbanas como tem os "espaços públicos" criados pelas grandes imobiliárias em frente aos seus prédios residenciais.

Deste modo, falar de paisagem é também falar sobre o modo de vida das pessoas, como elas interagem com o meio, como a constrói, destrói e reconstrói. Paisagens são ambientes e os ambientes são paisagens, e concomitante neles habitam, se relacionam e vivem pessoas. Como disse Dardel (2015, p. 30), "A paisagem é a geografia compreendida como o que está em torno do homem, como ambiente terrestre".

## CONSIDERAÇÕES

Nesse artigo, para a construção do conceito de paisagem, tentou-se abranger a complexidade e importância na relação entre o homem e o ambiente. A paisagem é apresentada como um elemento que transcende a materialidade, sendo também uma expressão cultural, estética e simbólica que reflete a interação humana com o espaço. A paisagem urbana é analisada como um reflexo das dinâmicas sociais, econômicas e políticas, evidenciando desigualdades e transformações impostas pelo mercado imobiliário e pela industrialização.

O direito à paisagem como parte do direito à cidade deve ser compreendido a partir da necessidade de diálogo entre poder público, privado e comunidade, a fim de garantir espaços urbanos inclusivos, sustentáveis e que promovam bem-estar coletivo. Nesse sentido, o direito à paisagem envolve a participação ativa dos cidadãos na construção e preservação dos espaços urbanos, garantindo acesso a ambientes que promovam bem-estar, mobilidade, interação social e lazer. Isso implica que a paisagem urbana deve ser concebida como um bem comum, respeitando as necessidades da comunidade e promovendo a apropriação e conservação dos espaços públicos.

No entanto, a privatização dos espaços urbanos, que muitas vezes prioriza os interesses do capital e do setor privado, em detrimento do público, poderá provar a deterioração dos espaços públicos e a criação de áreas exclusivas para grupos privilegiados dificultando a relação de pertencimento e apropriação dos cidadãos com a cidade.

Portanto, a paisagem urbana, como parte do direito à cidade, deve ser planejada e gerida de forma democrática, inclusiva e sustentável, respeitando as especificidades locais e promovendo a coletividade e a qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: Geografia cultural: uma antologia*. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).
- CARRIÇO, António da Silva. **Retrato da paisagem enquanto gente**. Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CORRÊA, R. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In: CORRÊA, R. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- DARDEL, Éric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: ed. Perspectiva, 2015.
- LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 138p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert, **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 156 p.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. *In: CORRÊA, R. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. *In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.